



Evento:XXX Jornada de Pesquisa

O PRINCÍPIO DA SMURFETTE: OBJETIFICAÇÃO FEMININA E PERPETUAÇÃO DO PATRIARCADO¹

Bruna de Oliveira Andrade², Juliana Luiza Mazaro³, Joice Graciele Nielsson⁴

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Doutoranda Bolsista parcial PROSUP/CAPES pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu de Doutorado em Direito Humanos da UNIJUÍ. Mestre em Ciências Jurídicas pela UNICESUMAR. E-mail: brunaoliv.andrade@gmail.com.

³ Doutora em Direito pela UNICESUMAR. com Estágio Pós-doutoral no PPGD UNIJUÍ, no âmbito do projeto de pesquisa Políticas Afirmativas e Diversidade Edital 17/2023 pela UNIJUÍ. E-mail: ju.mazaro@gmail.com.

⁴ Doutora em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) com estágio pós-doutoral em Direito pela Università degli Studi "G. d'Annunzio" - Chieti – Pescara Itália. Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito – Cursos de Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos – e do Curso de Graduação em Direito da UNIJUÍ. E-mail: joice.gn@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A persistência de disparidades de gênero, solidificadas por representações midiáticas desiguais e estereotipadas, vai diretamente contra o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, e também o ODS nº 10, que preconiza a redução das desigualdades em todas as suas dimensões. A superação de estereótipos de gênero na mídia é, portanto, um passo essencial para a construção de sociedades mais justas e equitativas.

O presente trabalho visa tratar da relação entre as formas de representação midiática e a construção de valores sociais, com especial enfoque na moldagem das percepções de gênero e identidade. Parte-se do pressuposto de que a mídia transcende o papel de um mero espelho passivo da realidade, ela atua como uma força ativa e profundamente influente no processo de socialização e na formação da cultura.

A problemática central que este estudo se propõe a desvendar reside na identificação de padrões narrativos recorrentes que, de maneira sistemática, minimizam, distorcem, hipersexualizam ou tornam invisível a figura feminina em diversas plataformas midiáticas, desde a publicidade e o entretenimento até o jornalismo. Ao perpetuarem desigualdades simbólicas – manifestadas em papéis limitados, ausência de agência ou foco exclusivo na aparência –, essas representações configuram graves violações da dignidade humana e do direito fundamental à não discriminação



METODOLOGIA

No que tange à metodologia, o estudo se desenvolve a partir de uma análise conceitual e interpretativa, com base na definição original do "Princípio da Smurfette" e em uma revisão de literatura que abrange campos multidisciplinares sobre os direitos femininos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A representação midiática desempenha um papel fundamental na construção e perpetuação de valores sociais, moldando percepções sobre gênero, identidade e o lugar do indivíduo na coletividade. Longe de ser um espelho neutro da realidade, a mídia atua como um poderoso agente de socialização, influenciando o imaginário coletivo e sendo capaz de reforçar ou desconstruir estereótipos profundamente enraizados. Nesse contexto, a análise de padrões narrativos que minimizam, distorcem ou invisibilizam a figura feminina é crucial para compreender como tais representações podem configurar violações da dignidade humana e do direito fundamental à não discriminação.

O conceito do "Princípio da Smurfette", cunhado pela jornalista Katha Pollitt, descreve de forma incisiva essa problemática. Segundo Pollitt (1991, s.p.), “os programas contemporâneos são essencialmente exclusivamente masculinos, [...] ou são organizados com base no que chamo de princípio da Smurfette: um grupo de amigos homens será acompanhado por uma única mulher, estereotipada” (tradução livre). Essa dinâmica de inclusão simbólica, frequentemente referida como *tokenism*, onde uma única personagem feminina é inserida em um elenco predominantemente masculino, muitas vezes com traços genéricos, superficiais ou definidos primariamente por sua relação com os homens (como "a namorada", "a irmã", "a secretária"), reduz a complexidade e a multifacetada experiência feminina a um mero acessório narrativo (Santos; Amâncio, 2014).

Tal *tokenism* não apenas empobrece as histórias, limitando a diversidade de perspectivas e arcos narrativos¹ femininos, mas, de maneira mais profunda, corrói a dignidade intrínseca das mulheres, negando-lhes a plena subjetividade, agência e a rica tapeçaria de suas identidades. Como apontado por Souza e Muner (2023), a invisibilidade e a representação

¹ É a estrutura que organiza o desenvolvimento de uma história, delineando a progressão dos eventos e a jornada dos personagens.



estereotipada prejudicam significativamente a percepção de si e a autoestima feminina, impactando o desenvolvimento psicológico e social.

No contexto jurídico brasileiro, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagra a igualdade de gênero como um princípio fundamental em seu art. 5º, inciso I, ao estabelecer que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Essa previsão constitucional vai além da mera igualdade formal, buscando a igualdade material ou substantiva, ou seja, a superação de barreiras sociais, culturais e econômicas que historicamente colocam as mulheres em posição de desvantagem. A igualdade material exige a remoção de obstáculos que impedem o pleno exercício dos direitos e a participação equitativa na sociedade.

O Princípio da Smurfette, embora não seja uma violação legal direta no sentido de uma norma codificada, atua como um obstáculo cultural significativo para a concretização desse ideal constitucional de igualdade material. Ao internalizar e naturalizar a ideia de que o universo masculino é a norma e o feminino é a exceção, as narrativas veiculadas pela mídia contribuem para a manutenção de preconceitos, para a invisibilidade das mulheres em posições de protagonismo e liderança, e para a perpetuação de um *status quo* desigual.

Isso ecoa a persistência da desigualdade observada por Reilly (2017, p. 106) no mundo da arte, onde o "senso comum que nos diz que 'no atual mundo da arte as mulheres são tratadas igualmente' precisa ser desafiado". A perpetuação desse padrão narrativo, conforme destacado, ao demonstrar a presença do princípio em artigos de final de ano que elencam os "melhores" de algo (filmes, livros, etc.), mostra que a discriminação de gênero é sistêmica e se manifesta em diversas esferas, desde o entretenimento até as estruturas de poder na sociedade, reforçando a ideia de que a contribuição feminina é secundária ou menos relevante (Reilly, 2017).

Conforme Lima e Mendonça (2006, p. 1) apontam, "o cinema contribuiu, em certa dose, para reforçar um dos mitos mais consistentes da sociedade capitalista: o mito da inferioridade da mulher". Ao materializar representações sociais em personagens, a mídia pode levar o espectador a aceitar essa visão como verdade, reforçando estereótipos naturalizados no imaginário social. A própria concepção patriarcal do mundo influencia diretamente as produções cinematográficas, que se manifesta na escolha de enredos, na construção de personagens e na atribuição de agência².

² Trata-se do entendimento da capacidade de agir de forma independente, tomar decisões e influenciar o curso de suas próprias vidas e do ambiente ao seu redor.



Além de perpetuar o patriarcado, o "Princípio da Smurfette" impõe um obstáculo substancial à concretização da igualdade de gênero. A ausência de representações femininas diversas e com poder de agência na mídia não apenas reflete a desigualdade existente, mas também a reforça e naturaliza através da "aniquilação simbólica", a invisibilidade ou sub-representação de determinados grupos. Meninas e mulheres, ao serem expostas predominantemente a narrativas onde seu gênero é sub-representado ou estereotipado, podem ter suas aspirações e percepções sobre seu próprio potencial limitadas, internalizando a ideia de que seus papéis sociais são restritos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O "Princípio da Smurfette" transcende a mera observação da composição de elencos, ele se revela como um mecanismo simbólico e culturalmente arraigado que atua ativamente na perpetuação do patriarcado e na construção de barreiras à concretização plena da igualdade de gênero. Ao empobrecer/diminuir a representação feminina na cultura popular, reduzindo-a a papéis secundários, estereotipados e desprovidos de agência autônoma, essa dinâmica narrativa não apenas reflete, mas também reforça a "inferioridade" feminina e a visão do masculino como a norma. Essa limitação simbólica tem consequências reais e profundas, impactando a autoimagem das mulheres, limitando suas aspirações e naturalizando um cenário de desigualdade que contraria os preceitos fundamentais da dignidade humana e do direito à não discriminação.

A superação desse princípio demanda, portanto, um olhar crítico contínuo sobre as produções midiáticas e um compromisso inequívoco com a promoção de narrativas que celebrem a pluralidade, a complexidade e o protagonismo feminino em todas as suas dimensões. É essencial que a indústria cultural e de mídia, enquanto poderosos agentes de socialização, assumam a responsabilidade de construir e veicular histórias que apresentem mulheres com arcos narrativos independentes, com motivações próprias e que representem toda a diversidade de identidades e habilidades que elas possuem.

Palavras-chave: Igualdade de Gênero. Objetificação Feminina. Patriarcado. Princípio da Smurfette. Representação na mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 2 jul. 2025.

GREEN, Madison. ***Brrr! It's Cold in the Fridge: The Treatment of Women in the Marvel Cinematic Universe***. 2023. 59 f. Tese (Honors Program Theses) – Rollins College, Winter Park, 2023. Disponível em: <https://scholarship.rollins.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1213&context=honors>. Acesso em: 2 jul. 2025.

LIMA, Aline Soares Lima; MENDONÇA, Maria Luísa Martins. O Papel da Mulher no Cinema Brasileiro. In: CONGRESSO DE PESQUISA ENSINO E EXTENSÃO DA UFG, CONPEEX, 2, 2006, Goiânia. **Anais eletrônicos do XIV Seminário de Iniciação Científica** [CD-ROM], Goiânia: UFG, 2006. n.p.

POLLITT, Katha. *Hers; The Smurfette Principle*. **The New York Times**, New York, Seção 6, p. 22, 7 abr. 1991. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1991/04/07/magazine/hers-the-smurfette-principle.html>. Acesso em: 2 jul. 2025.

REILLY, Maura. Medindo o sexismo: fatos, dados e ajustes. **Revista-Valise**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 105-121, dez. 2017.

SANTOS, Maria Helena; AMÂNCIO, Lígia. Sobreminorias em profissões marcadas pelo gênero: consequências e reações. **Análise Social**, Lisboa, v. 49, n. 212, p. 700-726, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43152838>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SOUZA, Lorrany Silva de; MUNER, Luana Comito. O Oscar vai para: o impacto da representatividade feminina no desenvolvimento da identidade. **Revista Cathedral**, Boa Vista, v. 5, n. 2, p. 72-87, 2023.